



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2017**

Boletim de Monitoramento – **PLE 132/2016**

Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde

Saúde e Proteção Social
Saúde Pública



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 132/2016

Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde

Proponentes

Hilda Gonçalves de Matos (Centro de Saúde Vera Cruz – Belo Horizonte) / Luciana Soares de Barros Alcântara (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí – Belo Horizonte) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Júnior José da Silva (Instituição não informada) / Eva Irena Kurek (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Júlia Cristiane Moreira da Costa e Silva (Instituição não informada) / Vinícius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri – Águas Formosas) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Daniel Ramos (Instituição não informada).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2016&n=132&t=PLE>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 132 sugeriu as seguintes alterações no Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde:

- ampliação das metas financeiras da Ação 4490 – Implementação e apoio à atenção especializada – com a finalidade de “destinar recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri para a compra de consultas e exames especializados”, já que a Programação Pactuada Integrada – PPI assistencial – dessa região não consegue atender toda a demanda por esses serviços;
- ampliação do número de leitos de urgência na região do Alto Jequitinhonha visando ao atendimento da população em tempo e local adequado, reduzindo, dessa forma, os gastos dos municípios, as sequelas e os óbitos;
- revisão do Plano de Ação Regional da Rede Cegonha para avaliar a possibilidade de acrescentar R\$ 150.000,00 aos recursos previstos para a reforma da Maternidade Pública de Betim;
- alteração de finalidade e ampliação das metas financeiras da Ação 4578 – Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial – destinando os recursos acrescidos nessa ação para a Casa de Apoio ao Indígena Urbano, localizada no Município de Belo Horizonte, uma vez que muitos indígenas não aldeados residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte necessitam de atendimento psicossocial devido ao uso e abuso de álcool e outras drogas. Essa casa de apoio já desenvolve projeto para o acompanhamento desses indígenas, no entanto necessita de recursos financeiros.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=132&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160013203585\[codi\]29\[txmt\]26pesqProp%3Dtrue](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=132&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160013203585[codi]29[txmt]26pesqProp%3Dtrue)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- Requerimentos:
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Saúde de Betim para que analise a possibilidade de aumentar os recursos previstos para a reforma da Maternidade Pública de Betim;
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para que, no processo de discussão da Programação Pactuada Integrada – PPI –, avalie a possibilidade de aumento do número de consultas especializadas e de exames complementares de média e alta complexidade para a região de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri;
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para que avalie, no processo de discussão da Programação Pactuada Integrada – PPI –, a possibilidade de credenciamento de mais leitos na Rede de Urgência e Emergência no território do Alto Jequitinhonha;
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte para que se identifique a população indígena residente em Belo Horizonte e lhe garanta assistência à saúde;
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – para que analise a possibilidade de realizar um estudo sobre o quantitativo, a localização e as necessidades socioassistenciais dos indígenas não aldeados no Estado e a viabilidade de implantação de uma unidade de apoio específica para esse público;
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para a realização de um estudo sobre o quantitativo, a localização e as necessidades socioassistenciais dos indígenas não aldeados no Estado e a viabilidade de implantação de uma unidade de apoio específica para esse público.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. /n: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=132&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C3%87%20C3%83%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160013203585\[codil\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3Dtrue](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=132&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C3%87%20C3%83%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160013203585[codil]%29[txmt]%26pesqProp%3Dtrue)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 132/2016

Respostas aos requerimentos encaminhados				
Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/10?	Síntese da resposta
132	6.079	À Secretaria de Saúde de Betim, encaminha pedido de providências para que analise a possibilidade de aumentar os recursos previstos para a reforma da Maternidade Pública de Betim.	Não	
132	6.080	À Secretaria de Estado de Saúde, encaminha pedido de providências para que, no processo de discussão da PPI, avalie a possibilidade de aumento do número de consultas especializadas e de exames complementares de média e alta complexidade para a região de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri.	Não	
132	6.081	À Secretaria de Estado de Saúde, encaminha pedido de providências para que avalie, no processo de discussão da PPI, a possibilidade de credenciamento de mais leitos na Rede de Urgência e Emergência no território do Alto Jequitinhonha.	Não	
132	6.082	À Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, encaminha pedido de providências para que se identifique a população indígena residente em Belo Horizonte e lhe garanta assistência à saúde.	Sim	A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte informa ter realizado levantamento com os gerentes das unidades básicas de saúde do Distrito Sanitário Leste e localizado uma família com 10 pessoas descendentes de índios no território do Centro de Saúde Taquaril. Informa, ainda, que essa família já é cadastrada e acompanhada pela Equipe Saúde Família 4, micro área 19.
132	6.083	À Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, encaminha pedido de providências para que analise a possibilidade de realização de um estudo sobre o quantitativo, a localização e as necessidades socioassistenciais dos indígenas não aldeados no Estado e a viabilidade de implantação de uma unidade de apoio específica para esse público.	Sim	A Sedese informa que não há previsão de um serviço específico para atendimento de indígenas não aldeados, pois a assistência social atende todos os públicos em situação de vulnerabilidade social. A secretaria avalia que a alta capilaridade dos Cras deve possibilitar o atendimento e a inserção da população indígena nos serviços socioassistenciais da proteção social básica. No entanto, observa que o baixo número de famílias indígenas presentes no CadÚnico do Estado indica a necessidade de ampliação das ações de busca ativa desse público. Por fim, lista as ações realizadas para ampliar sua busca ativa e para capacitar os profissionais das equipes de referência para o atendimento das comunidades tradicionais.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/10?	Síntese da resposta
132	6.084	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania encaminha pedido de providências para a realização de um estudo sobre o quantitativo, a localização e as necessidades socioassistenciais dos indígenas não aldeados no Estado e a viabilidade de implantação de uma unidade de apoio específica para esse público.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

Nota: Nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informação encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providência possuem natureza distinta dos de informação. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre a política pública de [Saúde Pública](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.